

## **COP 21**

Vinte e três anos após a assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a 21ª Conferência das Partes (COP21), que será realizada em Paris (entre os dias 30 novembro e 11 dezembro 2015), tem o objetivo de chegar a um acordo global ambicioso para combate ao aquecimento global. Há muito em jogo, e uma ação coletiva para evitar impactos significativos advindos da mudança do clima exigirá avanços estruturais nos setores de energia e do uso da terra, bem como nos padrões de produção e consumo da sociedade como um todo.

Segundo o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), para que as chances de limitar o aumento das temperaturas do planeta a 2°C sejam de 50%, as emissões cumulativas de CO<sub>2</sub> devem ficar abaixo de 820 GtC (IPCC, 2013). Considerando a quantidade de CO<sub>2</sub> já emitida, bem como as taxas de emissões anuais do cenário *business-as-usual*, passaremos deste limite no prazo de 30 anos (Stern, 2007). Para reverter esse processo, a comunidade internacional deve neutralizar as emissões globais de carbono entre 2055 e 2070 (SDSN, 2015).

Com o intuito de avançar no combate ao aquecimento global e evitar uma mudança de maiores proporções no clima do planeta, os Estados-Membros do UNFCCC estão propondo metas de redução de emissões antes da Conferência. As Contribuições Nacionalmente Determinadas (INDCs) são voluntárias e submetidas pelos países com o objetivo de apresentar um compromisso assumido nacionalmente e o caminho, custo-efetivo e alinhamento com as condições locais para responder a esse desafio de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e se preparar para um cenário de maior concentração de GEE na atmosfera. As INDCs são apresentadas antes do início das negociações em dezembro, servindo de base para o acordo final.

Apresentar as INDCs é apenas o primeiro passo de um longo processo. Na COP21, e depois da Conferência, elas serão avaliadas em conjunto para ver se o resultado final atinge o objetivo estabelecido pela UNFCCC de estabilizar "as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera a um nível que evite uma interferência antropogênica perigosa para o sistema climático" (UNFCCC, 1992). Em termos práticos, isso significa limitar o aumento da temperatura global a 2°C. Por isso, os países devem mostrar, durante as negociações, que suas propostas são ambiciosas e justas.

### **INDC BRASILEIRA**

Tendo como base o ano de 2005, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, anunciou domingo (27/09/2015), durante conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, que o país pretende alcançar uma redução das emissões de GEE, em toda a sua economia, de 37% até 2025 e de 43% até 2030. O compromisso do país de adotar metas absolutas, por um lado, é significativo, mas sua efetividade dependerá das medidas de implementação. A INDC do Brasil foi registrada na ONU na manhã de segunda-feira, dia 28/09/2015.

Destacando a redução do desmatamento da Amazônia já ocorrida nos últimos anos, a presidente afirmou que ambição do país é atingir o desmatamento ilegal zero no bioma até 2030. Além do horizonte de 15 anos ser muito distante, não há menção explícita aos outros biomas, em especial ao

Cerrado, atualmente intensamente pressionado pelo desmatamento legal e ilegal. O ideal seria o país ter anunciado também uma meta de redução de supressão de vegetação, pois grande parte das nossas áreas florestais podem ser legalmente suprimidas, o que tem levado ao aumento das emissões e à perda de biodiversidade. Estímulos ao aumento da produtividade deveriam ser considerados.

A meta para restauração e reflorestamento é de 12 milhões de hectares, enquanto a de recuperação de pastagens é de 15 milhões de hectares e a de integração de lavoura-pecuária-florestas é de 5 milhões de hectares. O compromisso apresentado é importante, mas os números talvez ainda estejam abaixo das necessidades do país e mesmo do que está posto no Código Florestal, já que estimativas mais recentes indicam um passivo de 21 milhões de hectares.

Alcançar uma participação de 23% de energias renováveis não hídricas (solar, eólica e biomassa) na matriz elétrica é meta bastante ambiciosa, dado que a energia eólica hoje representa apenas 2% do total e a biomassa atinge 7,3%, enquanto a presença da solar é residual. Já a ambição de obter 66% da energia elétrica por meio de fonte hídrica praticamente mantém o nível atual. Além disso, o Brasil se comprometeu a aumentar a eficiência elétrica em 10% até 2030.

Apesar da breve citação no texto oficial da INDC de que o Brasil pretende incentivar tecnologias de baixo carbono para os setores de indústria e transporte, o anúncio da presidente não tratou de emissões industriais de GEE (14% do total nacional), de transportes (13%) e de resíduos (3%).

“Consideramos que a participação do setor empresarial é fundamental para que todas as metas apresentadas sejam não apenas implementadas, mas também monitoradas, e se transformem em realidade. O anúncio feito pela presidente Dilma deve ser lido como um ponto de partida, e não de chegada para que o país retome o seu crescimento em termos mais sustentáveis e desenvolva uma economia de baixo carbono”, afirma Marina Grossi, presidente do CEBDS. O novo acordo deverá conter mecanismos que promovam a geração de novas tecnologias e a transferência de tecnologias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, fomentando a redução de emissões.

Apesar do cenário político-econômico atual, as lideranças empresariais do país apostam que a virada em direção à economia de baixo carbono pode contribuir para reconduzir o Brasil ao caminho da recuperação, criando novas ondas de desenvolvimento sustentável, especialmente em áreas em que o país tem vantagens competitivas.

#### **André Dorf, presidente CPFL RENOVÁVEIS**

“A matriz elétrica brasileira deverá apresentar importante crescimento nos próximos anos. Promover a diversificação das fontes de energia e criar condições para que as fontes renováveis de baixo impacto ambiental (além das grandes hidrelétricas) tenham participação predominante na expansão do parque gerador nacional, posicionando o Brasil entre os países com grande atuação em prol da mitigação das mudanças climáticas e/ou a favor de uma economia de baixo carbono. ”

#### **Carlos Fadigas, presidente BRASKEM**

“O Brasil faz parte da solução, principalmente considerando a sua matriz energética limpa e alta produtividade na produção de biomassa. Nossa indústria já oferece produtos de baixo carbono e alguns deles são capazes de capturar gases de efeito estufa com o uso de fontes renováveis. Com investimentos em inovação e políticas públicas que estimulem o desenvolvimento da química verde, podemos impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento nessa produção. Esperamos que os acordos globais possam estimular iniciativas desta natureza. ”

**Karsten Neuffer, diretor regional América Latina SYNGENTA**

“Os compromissos do governo brasileiro deveriam estimular o uso racional de tecnologias que suportem a produtividade agrícola sustentável e o desenvolvimento de alternativas energéticas mais limpas, como os biocombustíveis. Com os estímulos adequados, práticas de produção integradas com o manejo correto do solo e da biodiversidade podem ajudar a posicionar o Brasil de forma única perante o esforço global pela redução da emissão de gases de efeito estufa. ”

**Marcelo Castelli, presidente FIBRIA**

"A importância de o Brasil estabelecer uma INDC ambiciosa não está apenas ligada à necessidade de controlar as mudanças climáticas, que por si só já é bastante importante, mas às vantagens competitivas que o país terá ao caminhar de forma mais ágil para a economia de baixo carbono, que se transformará de forma gradativa, mas inexorável, no eixo da agenda econômica mundial. ”

**Rodrigo Santos, presidente MONSANTO**

“Já esperávamos que o governo brasileiro se comprometesse com a redução de 12 GtCO<sub>2</sub> das emissões brasileiras até 2030 através da redução de 95% do desmatamento e do reflorestamento de 12 M ha. Como parte dessa solução, é necessário o melhor uso do solo agrícola e soluções tecnológicas completas, estimuladas por mecanismos fiscais e econômicos simples e efetivos. ”

**Tania Consentino, presidente América do Sul SCHNEIDER ELECTRIC**

“Minha expectativa era a de que o Governo incluísse, finalmente, mais um item em nossa matriz: a eficiência energética. Não podemos falar somente em diversificação quando ainda desperdiçamos o equivalente a mais da metade de toda energia de Itaipu. Para descarbonizar a nossa economia, é preciso criar condições para que o país retome o crescimento, reduzindo custos de operação e gerando o mínimo de impacto possível. Afinal, a energia mais limpa e barata ainda é aquela que não é produzida. Como o Planeta não pode mais esperar, é preciso e é possível fazer mais com menos. ”

## **AVALIAÇÃO GERAL DO CEBDS E EMPRESAS ASSOCIADAS SOBRE A INDC BRASILEIRA**

O compromisso do país de adotar metas absolutas, por um lado, é significativo e houve avanços expressivos em áreas específicas, como a de energias renováveis. Mas para o setor privado, tanto no que se refere à meta global anunciada quanto às demais, o principal ponto crítico para o Brasil consiste em conhecer os meios pelos quais se conseguirá alcançar os resultados esperados. Isso porque, na avaliação das empresas, será fundamental definir regras adequadas para a implementação das medidas, de modo a garantir, na prática, que o país alcance os objetivos propostos. O setor privado está disposto e empenhado em trabalhar junto com o governo para que a ambição brasileira se torne realidade, contribuindo efetivamente para a retomada do crescimento econômico em termos mais sustentáveis e para a pavimentação do caminho rumo à economia brasileira de baixo carbono.

### **Resumo da INDCs de outros países**

**China:** Como o maior emissor de CO<sub>2</sub> no mundo (considerando as emissões absolutas), a China desempenhará um papel importante nas próximas negociações. Na sua INDC, o país se comprometeu a atingir o auge de suas emissões até 2030, reduzindo a intensidade de carbono da economia em 60-65%. O ano de referência escolhido é 2005, e a China também se comprometeu a aumentar sua quota de energia de combustíveis não fósseis para 20% até 2030 (INDC da China). Para cumprir os termos estabelecidos na proposta, a China terá de trabalhar para se tornar mais eficiente no uso de carbono. Incertezas sobre o crescimento econômico futuro do país são apontadas como uma das preocupações referentes à INDC da China (IDDRI).

**União Europeia (UE):** Todos os 28 membros da União Europeia se comprometeram "com uma meta vinculativa de uma redução interna de pelo menos 40% das emissões de gases com efeito de estufa em 2030 em comparação com 1990" (INDC da UE). A meta é ambiciosa, e dado que o ano base é 1990, a referência são níveis de emissões bem mais baixos para a maioria dos países. Exceções podem ser encontradas entre os países que faziam parte da União Soviética, cujos níveis de emissões em 1990 eram geralmente mais elevados do que os níveis de 2000. O cronograma para a implementação é de 1 de janeiro 2021 a 31 de dezembro, 2030, e a proposta abrange todos os setores da economia. Até agora, contribuições por meio de créditos de carbono internacionais não são esperadas.

**Suíça:** A proposta suíça é "reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 50% até 2030 em relação aos níveis de 1990" (INDC da Suíça). O prazo para implementação é 2021-2030, no qual o país prevê uma redução média de 35%. Diferentemente das outras propostas brevemente discutidas aqui, a Suíça pretende usar mecanismos internacionais a fim de atingir o seu objetivo.

**Estados Unidos:** Os Estados Unidos anunciaram a meta de "reduzir as emissões de gases estufa em 26%-28% abaixo do seu nível de 2005 em 2025 e fazer os melhores esforços para reduzir as emissões em 28%" (INDC dos Estados Unidos). Segundo o documento, a proposta faz parte de uma via de

descarbonização de longo prazo, na qual os EUA deverão reduzir as suas emissões em 80% ou mais até 2050. Essas projeções incluem todos os setores do IPCC, e medidas regulatórias são antecipadas a fim de permitir a transição do país para uma economia de baixo carbono. Até agora, as reduções são esperadas em âmbito doméstico, sem o uso de mecanismos internacionais de mercado. O envolvimento dos Estados Unidos é crucial para o sucesso das negociações futuras, já que a falta de compromisso do país com o Protocolo de Kyoto foi prejudicial para a execução do acordo.